

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

178 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 18/09 a 22/09/2023

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	1
PETI	1
IMCO	1
BUDG	1
LIBE	2
ITRE	2
AFET, DEVE e DROI	2
2. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - REUNIÃO DE PRESIDENTES DA COSAC	3
3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - REUNIÃO DO GCPC EUROPOL	3
4. UCRÂNIA - COMÉRCIO	4
5. COMISSÃO EUROPEIA - RELATÓRIO ANUAL MRR	4
6. PRR PORTUGAL	5
7. LAMPEDUSA - PLANO 10 PONTOS	6
8. UE-CHINA - DIÁLOGO DIGITAL	6
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Agricultura e Pescas)	7
Reunião informal dos ministros da Educação e da Juventude	7
Conselho Assuntos Gerais	7
Reunião informal dos ministros dos Transportes	8
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

PETI

A Comissão das Petições organizou esta semana uma [reunião interparlamentar subordinada ao tema «Cooperação com as comissões de petições dos Parlamentos nacionais, troca de boas práticas e reflexão sobre novas abordagens»](#). A Deputada Cristiana Ferreira (PSD), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, participou nesta reunião por parte da Assembleia da República.

Da agenda da reunião constava a apresentação do estudo comissionado pelo Departamento para o direitos dos cidadãos e assuntos constitucionais do PE para a Comissão PETI intitulado [«Rules, procedures and practices of the right to petition parliaments»](#), de [Tiago Tibúrcio](#), uma apresentação relativa ao direito de petição no PE por parte do Vice-Presidente Marc Angel, assim como apresentações, por parte de membros dos Parlamentos nacionais, sobre as suas práticas nesta área. As sessões foram seguidas de debates entre os Membros dos Parlamentos nacionais e os Membros do Parlamento Europeu, nos quais foram partilhadas experiências, boas práticas e desafios comuns relacionados com o direito de petição, nomeadamente no que se refere à existência de comissões especializadas nos Parlamentos dedicadas às petições, o retorno de informação aos cidadãos e o desenvolvimento deste direito como forma de aproximação dos cidadãos ao sistema democrático.

IMCO

A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores adotou a sua [posição sobre as novas regras sobre o alojamento de curta duração](#), procurando torná-las mais transparentes. O texto, adotado sem votos contra e apenas uma abstenção (31 votos a favor), apoia a proposta de harmonização das regras que especificam a forma como os dados relacionados com os serviços de arrendamento de curta duração são recolhidos e partilhados, permitindo que os Estados-Membros desenvolvam e apliquem medidas políticas proporcionadas. Defende ainda que às plataformas deve ser dada oportunidade de crescimento mas respeitando objetivos políticos como habitação a preços acessíveis, proteção dos centros urbanos e das zonas rurais e turismo mais seguro e sustentável.

BUDG

Os membros da Comissão dos Orçamentos definiram a sua [posição sobre a reforma do orçamento da UE a longo prazo, salientando a urgência de o preparar para o futuro](#).

Na sequência da [proposta da Comissão](#) para uma revisão intercalar do orçamento de longo prazo da UE, os deputados aprovaram um montante adicional de 10 mil milhões de euros para o período de 2024-2027. Tendo presente os recentes desafios externos, especialmente a guerra russa contra a Ucrânia e as crescentes questões migratórias, os deputados reforçaram as áreas orçamentais relevantes em 2 mil milhões de euros, atribuíram mais 3 mil milhões de euros à nova Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP) e reservaram 5 mil milhões de euros para aumentar a capacidade da UE para responder a crises imprevistas.

Exigem ainda que os pagamentos da dívida resultantes do plano de recuperação sejam posicionados acima dos limites orçamentais da UE, procurando garantir que os programas da UE que beneficiam os cidadãos não sejam comprometidos, especialmente tendo em conta a potencial volatilidade destes custos com o aumento das taxas de juro. Sublinharam, por fim, que a rápida adoção do regulamento alterado é fundamental, uma vez que o Quadro Financeiro Plurianual revisto deve estar operacional até 1 de janeiro de 2024 para oferecer um quadro para o orçamento anual desse ano.

O projeto de relatório sobre a proposta de revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (relatores: [Jan Olbrycht](#) - EPP, PL - e [Margarida Marques](#) - S&D, PT) foi aprovado com 23 votos a favor, 3 contra e 3 abstenções.

LIBE

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos aprovou um [projeto de relatório sobre a reforma do Código das Fronteiras Schengen](#) (39 votos a favor, 13 contra e 12 abstenções), autorizando também o início das negociações com o Conselho. Em resposta aos controlos fronteiriços cada vez mais permanentes no espaço Schengen, a proposta procura clarificar as regras, reforçar a livre circulação na UE e introduzir soluções específicas. Procura-se dar uma resposta coerente da UE em casos de emergências sanitárias transfronteiriças de grande escala, permitindo restrições temporárias à entrada no espaço Schengen, mas isentando os cidadãos da UE, os residentes de longa duração e os requerentes de asilo. Como alternativa aos controlos nas fronteiras, as novas regras promoverão a cooperação policial nas regiões fronteiriças. Por outro lado, são propostos critérios claros para a imposição de controlos fronteiriços em resposta a ameaças graves que ponham em perigo o funcionamento do espaço Schengen. Os deputados defendem ainda que as disposições relativas à instrumentalização dos migrantes (quando países terceiros facilitam ou encorajam a entrada de migrantes no território da UE com o objetivo de desestabilizar os países) devem ser abrangidas por uma proposta separada e específica.

ITRE

A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia adotou a sua [posição relativamente à Lei das Infraestruturas Gigabit](#), que procura reduzir os custos e burocracia para a implantação de redes de alta velocidade. A proposta procura reduzir os custos de implantação de redes com capacidade para gigabits (que permitem descarregar dados a uma velocidade de 1 gigabit por segundo), estimular os investimentos em infra-estruturas digitais, promover o crescimento económico e garantir que as empresas europeias permaneçam na vanguarda da inovação mundial. Permitirá ainda simplificar, reduzir o custo e acelerar os procedimentos administrativos para a concessão de licenças, reduzir os obstáculos burocráticos para os operadores e para as administrações nacionais, tornando assim o processo de implantação mais rápido. Os deputados introduziram também disposições que prevêm a abolição de taxas para os utilizadores finais nas chamadas e SMS intra-UE, por forma a evitar preços excessivos desnecessários, considerando que deve ser adotada legislação para regular as chamadas intra-UE antes de as atuais disposições expirarem em maio de 2024.

AFET, DEVE e DROI

A Comissão dos Assuntos Externos, a Subcomissão dos Direitos Humanos e a Comissão do Desenvolvimento apresentaram as [nove nomeações para o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2023](#), o maior tributo prestado pela UE ao trabalho em matéria de direitos humanos. Cada nomeado deve ter o apoio de pelo menos 40 eurodeputados, e cada deputado pode apoiar apenas um nomeado.

Os nove nomeados são: *Jina Mahsa Amini e as mulheres do Irão*, nomeação do PPE; *a luta pelos direitos das mulheres no Irão*, nomeadamente *Zhina Mahsa Amini e o Movimento Mulheres, Vida, Liberdade*, nomeação do S&D; *Mahsa Amini e o Movimento Mulheres, Vida, Liberdade*, nomeação do Renew; *ativistas pela educação afegã: Marzia Amiri, Parasto Hakim, and Matiullah Wesa*, nomeação de 59 deputados; *cidadãos pró-europeus da Geórgia e Nino Lomjaria*, nomeação do ECR; *Elon Musk*, nomeação do ID; *Vanessa Nakate, ativista pelo clima*, nomeação dos Verdes/ALE; *Vilma Núñez de Escorcia e Monsignor Rolando José Álvarez Lagos*, nomeação de 43 deputados; *mulheres que lutam por o aborto livre, seguro e legal: Justyna Włodarczyńska - Polónia, Morena Herrera - El Salvador e Colleen McNichols - EUA*, nomeação de A Esquerda.

O vencedor será anunciado em outubro e a cerimónia de entrega do prémio terá lugar durante a sessão plenária de dezembro, em Estrasburgo.

2. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - REUNIÃO DE PRESIDENTES DA COSAC

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência espanhola do Conselho da UE, teve lugar no início desta semana a [Reunião dos Presidentes da COSAC](#), em Madrid, tendo a Assembleia da República marcado presença através da participação do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS).

Da agenda da reunião constavam três sessões de debate: *apresentação das prioridades da Presidência espanhola do Conselho da UE, o futuro da Ucrânia na Europa e um debate de atualidade*, além dos assuntos procedimentais. O debate em torno do primeiro tema focou-se sobretudo no apoio generalizado às prioridades apresentadas pela Presidência, com questões relativas à situação na Ucrânia e política de alargamento, desenvolvimento do mercado único, da autonomia estratégica da UE, competitividade e mercado de energia, assim como questões relativas às migrações. Na sessão dedicada ao futuro da Ucrânia, os presidentes da COSAC apresentaram preocupações com a segurança na Europa e debateram o reforço da NATO, a reconstrução da Ucrânia, a continuidade das sanções e do apoio militar, focando novamente as questões relativas ao alargamento. A última sessão, dedicada à atualidade europeia, permitiu aos participantes intervir sobre diferentes tópicos como a necessidade de finalizar várias propostas legislativas antes das eleições europeias de 2024, o alargamento com base no mérito, as parcerias com os países candidatos e a possibilidade de lhes garantir o estatuto de observadores permanentes na COSAC e no PE, a reforma da UE e as propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa, o desenvolvimento de acordos comerciais com países terceiros, o foco na reindustrialização e redução da dependência externa, desastres naturais e o apoio prestado pela UE, democracia, tolerância religiosa e propaganda, assim como os desafios das migrações.

O vídeo integral da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - REUNIÃO DO GCPC EUROPOL¹

A [13.ª Reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto \(GCPC\) da Europol](#) realizou-se nos dias 20 e 21 de setembro, no Parlamento Europeu em Bruxelas. A Assembleia da República foi representada pelos Deputados Jorge Seguro Sanches (PS) e Paulo Moniz (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus, e pelas Deputadas Patrícia Gilvaz (IL) e Alma Rivera (PCP), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Os trabalhos, co-dirigidos pelo Parlamento Europeu e pela Presidência espanhola, iniciaram-se com a partilha dos resultados da reunião da Troika Presidencial, um ponto de situação relativamente à constituição do Fórum Consultivo sobre Direitos Fundamentais e mensagens de vídeo do Ministro do Interior de Espanha e da Comissária Europeia para os Assuntos Internos. Seguiu-se a apresentação das atividades da Europol desenvolvidas entre março e outubro de 2023 e do Projeto de Programa Plurianual para 2024-2026 por parte da Diretora Executiva da Europol e do Presidente do Conselho de Administração da Europol, e ainda a resposta às questões escritas e orais colocadas pelos Parlamentos dos Estados-Membros.

O segundo dia de trabalhos iniciou-se com a apresentação do relatório da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, a apresentação do Encarregado de Proteção de Dados da Europol e do Provedor de Direitos Fundamentais da Europol, assim como um painel dedicado às atividades da Europol no contexto da guerra na Ucrânia. Os dois painéis temáticos foram dedicados à situação da criminalidade organizada na UE e às atividades do Centro Europeu sobre Crime Grave e Organizado da Europol e à avaliação da ameaça de crimes financeiros e económicos do Centro Europeu de Crimes Financeiros e Económicos da Europol.

¹ Ponto elaborado por Ana Cláudia Cruz, assessora da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Durante o debate, foram sobretudo suscitadas questões e preocupações relacionadas com as ameaças à segurança interna da UE, principalmente dos países fronteiriços com a Ucrânia, relacionadas com a proliferação de armas e o tráfico de seres humanos, nomeadamente de mulheres e crianças para exploração sexual e laboral, e o tráfico de drogas, com a recolha e o tratamento de dados para fins de investigação criminal – metadados - e com as práticas corruptivas e de branqueamento de capitais desenvolvidas pelas redes criminosas.

4. UCRÂNIA - COMÉRCIO

A União Europeia tem apoiado a exportação de cereais e outros géneros alimentícios ucranianos, nomeadamente através dos corredores solidários, conduzindo a distorções temporárias nos mercados dos cinco Estados-Membros que fazem fronteira com o país e levando à imposição de medidas restritivas temporárias sobre uma série de exportações de géneros alimentícios ucranianos. Após análise dos dados relacionados com o impacto das exportações de quatro categorias de produtos agrícolas no mercado da UE, a Comissão Europeia concluiu que, graças ao trabalho da Plataforma de Coordenação e às medidas temporárias introduzidas, [as distorções do mercado nos cinco Estados-Membros que fazem fronteira com a Ucrânia desapareceram](#).

Foi assim acordado que:

- as medidas em vigor caducam;
- a Ucrânia concordou introduzir medidas jurídicas (ex. sistema de licenças de exportação) no prazo de 30 dias para evitar o aumento dos cereais;
- até essa data (16/09/2023), a Ucrânia deverá por em prática medidas eficazes para controlar a exportação dos quatro grupos de mercadorias e evitar distorções no mercado dos países vizinhos;
- a Comissão e a Ucrânia acompanharão a situação através da plataforma para poderem reagir a situações imprevistas;
- a Comissão Europeia abster-se-á de impor quaisquer restrições enquanto as medidas eficazes da Ucrânia estiverem em vigor e funcionarem plenamente.

Face a esta decisão, a Polónia, a Hungria e a Eslováquia afirmaram que iriam impor as suas próprias proibições aos cereais ucranianos, levando a Ucrânia a anunciar que vai processar os países na Organização Mundial do Comércio - um organismo internacional - em vez de o fazer através do seu próprio acordo comercial com a UE.

O *Político* publicou uma [síntese](#) desenvolvida sobre este tema.

5. COMISSÃO EUROPEIA - RELATÓRIO ANUAL MRR

A Comissão Europeia adotou esta semana o [segundo relatório anual sobre a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR). O relatório apresenta os progressos realizados pelo MRR para aumentar a resiliência económica e social dos Estados-Membros e concretizar o plano REPowerEU e destaca os benefícios deste instrumento, baseado no desempenho, dependendo o pagamento de fundos do cumprimento dos marcos e das metas acordados, revelando ainda progressos significativos no que respeita à transparência e proteção dos interesses financeiros da UE.

Destacam-se do relatório as seguintes conclusões:

- A Comissão recebeu 34 pedidos de pagamento de 21 Estados-Membros e desembolsou 153,4 mil milhões de euros para a realização dos investimentos e reformas acordados;
- O relatório apresenta numerosos exemplos de como o financiamento do MRR contribuiu para a realização de reformas e investimentos transformadores;
- Mais de 6 milhões de pessoas participaram em ações de educação e formação financiadas pelo MRR, 1,4 milhões de empresas receberam apoio, 5,8 milhões de pessoas beneficiaram de medidas de proteção contra catástrofes relacionadas com o clima, como inundações e incêndios florestais, e foram poupados

22 milhões de *megawatts* por hora (MWh) no consumo de energia graças à execução dos planos de recuperação e resiliência (PRR) dos Estados-Membros;

- A Comissão continuou a mobilizar com êxito fundos nos mercados de capitais para financiar o mecanismo, tendo até à data emitido mais de 44 mil milhões de euros em obrigações verdes do *NextGenerationEU*;
- A Comissão publicou seis [notas de orientação](#) para apoiar as autoridades nacionais e prestar esclarecimentos e publicou as [páginas relativas a cada país revistas](#);
- A Comissão solicitou aos Estados-Membros que disponibilizassem rapidamente estes dados e está a consolidá-los na [grelha de avaliação da recuperação e resiliência](#);
- Tendo também em conta as recomendações do Parlamento Europeu, do Conselho e do Tribunal de Contas Europeu, a Comissão reforçou ainda mais a solidez do seu quadro de controlo, a fim de proporcionar garantias adicionais sobre a utilização regular dos fundos do MRR e a proteção eficaz dos interesses financeiros da União;
- A Comissão realizou 14 auditorias *ex post* baseadas no risco aos marcos e às metas, 27 auditorias aos sistemas de controlo nacionais e auditará todos os Estados-Membros pelo menos uma vez até ao final do ano.

6. PRR PORTUGAL

A Comissão Europeia aprovou esta sexta-feira uma [avaliação positiva do plano de recuperação e resiliência de Portugal, que inclui o capítulo REPowerEU](#), incluindo o plano 44 reformas e 117 investimentos, elevando para 22,2 mil milhões de euros o montante do plano, concedidos sob a forma de subvenções e empréstimos.

Especificamente no que diz respeito ao REPowerEU, o plano inclui 6 reformas e 16 investimentos, procurando promover a eficiência energética dos edifícios, apoiar o desenvolvimento de uma indústria verde, de energias e gases renováveis, transportes sustentáveis e rede elétrica.

As principais alterações ao plano inicial baseiam-se na elevada taxa de inflação registada em 2022, nas perturbações da cadeia de abastecimento causadas pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que tornaram os investimentos mais dispendiosos e provocaram atrasos, e na revisão em alta da dotação máxima das subvenções do MRR, que resulta da [atualização, em junho de 2022](#), da chave de repartição das subvenções do MRR. Portugal propôs assim 34 investimentos novos ou reforçados relativamente ao seu plano inicial e cinco novas reformas que visam aumentar a eficiência do sistema de proteção social e do sistema fiscal, promover a economia circular e uma boa gestão dos resíduos e impulsionar ainda mais a transição digital da administração pública.

Para poder financiar estes objetivos mais ambiciosos, Portugal solicitou a transferência, para o plano, da totalidade da sua quota-parte da Reserva de Ajustamento ao Brexit, em conformidade com o [Regulamento REPowerEU](#), cujo valor se eleva a 81 milhões de euros. Portugal solicitou igualmente 3,2 mil milhões de euros em empréstimos adicionais, que acrescem aos 2,7 mil milhões já incluídos no seu plano

O plano alterado dá maior ênfase à transição ecológica, consagrando 41,2% (face aos 37,9% do plano original) dos fundos disponíveis a medidas de apoio aos objetivos climáticos, e continua também a ser bastante ambicioso no que diz respeito ao digital, consagrando 21,1% da sua dotação total ao apoio à transição digital.

7. LAMPEDUSA - PLANO 10 PONTOS

Tendo presente a situação em Lampedusa, e reconhecendo a crescente pressão nas diferentes rotas migratórias, a Presidente da Comissão Europeia divulgou um [plano com ações imediatas](#) para que possam ser respeitados os direitos fundamentais e obrigações internacionais neste âmbito.

Assim, o [plano de 10 pontos para Lampedusa](#) prevê:

1. Reforço do apoio a Itália por parte da Agência Europeia para o Asilo e a Frontex, por forma a gerir o grande número de migrantes e assegurar o registo das chegadas, identificação e reencaminhamento para as autoridades competentes;
2. Apoio à transferência de pessoas para fora de Lampedusa, incluindo para outros Estados-Membros, através do mecanismo voluntário de solidariedade e dando especial atenção aos menores não acompanhados e mulheres;
3. Aceleração dos regressos, empreendendo uma ação de sensibilização renovada e concertada junto dos principais países de origem dos recém-chegados e aumentando o apoio da Frontex;
4. Apoio à prevenção de partidas, estabilizando as parcerias operacionais anti-tráfico com os países de origem e trânsito;
5. Melhor vigilância aérea e marítima, exploração de opções para expandir as missões navais no mediterrâneo e acelerar o fornecimento de equipamento e formação à guarda costeira tunisina;
6. Medidas para limitar o uso de navios sem condições de navegabilidade;
7. Aumentar o apoio da Agência da União Europeia para o Asilo para aplicação de procedimentos mais rápidos nas fronteiras;
8. Aumentar as campanhas de sensibilização e comunicação para desincentivar a travessia do mediterrâneo e trabalhando para oferecer alternativas;
9. Reforçar a cooperação com o ACNUR e a OIM;
10. Aplicar o Memorando de Entendimento UE-TU (UE - Tunísia) e dar prioridade a ações com impacto imediato para resolver a situação atual e acelerar a adjudicação de novos projetos ao abrigo do mesmo.

8. UE-CHINA - DIÁLOGO DIGITAL

O [segundo diálogo digital de alto nível entre a UE e a China](#) teve lugar esta semana, tendo sido co-presidido por Věra Jourová, vice-presidente da Comissão Europeia para os Valores e Transparência, e pelo vice-primeiro-ministro chinês, Zhang Guoqing. O diálogo, que teve lugar em Pequim, focou-se em questões como a regulamentação das plataformas e dos dados, a inteligência artificial, a investigação e inovação, o fluxo transfronteiriço de dados industriais ou a segurança dos produtos vendidos em linha.

Foi realizado um debate aprofundado sobre domínios cruciais da política digital e das tecnologias digitais, tendo a Comissão apresentado informações sobre a evolução da regulamentação relativa ao Regulamento dos Serviços Digitais e Regulamento dos Mercados Digitais. As partes trocaram ainda pontos de vista sobre inteligência artificial e congratularam-se com a assinatura do plano de ação sobre a segurança dos produtos vendidos em linha.

A Comissão Europeia reiterou o seu apoio a normas mundiais interoperáveis no domínio das tecnologias da informação e comunicação, instando as autoridades chinesas a assegurarem um ambiente empresarial justo e baseado na reciprocidade no domínio digital. Manifestou ainda preocupação face às dificuldades enfrentadas pelas empresas da UE na China em utilizar os respetivos dados industriais e explicou a sua abordagem relativa à redução dos riscos no âmbito da estratégia europeia em matéria de segurança económica (atenuação dos riscos para as cadeias de abastecimento, infraestruturas críticas e segurança tecnológica).

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas)

No âmbito das [pescas](#), os ministros trocaram pontos de vista sobre a gestão das unidades populacionais partilhadas com o Reino Unido em 2024 (objeto de negociações bilaterais anuais, em conformidade com o Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido). Foram ainda trocados pontos de vista sobre as consultas anuais com a Noruega e outros Estados costeiros, salientada a sustentabilidade social, económica e ambiental e definidas as prioridades nacionais para as diferentes consultas.

No que respeita à área da [agricultura](#), foram debatidos os aspetos agrícolas da proposta de diretiva relativa à monitorização e resiliência dos solos e destacada a importância da diretiva para o setor agrícola, podendo reduzir os custos da degradação dos solos, devendo, no entanto, ser tidas em conta as características geográficas e climáticas dos Estados-Membros e especificidades dos vários setores agrícolas. Foi abordada a situação dos mercados agrícolas internacionais, fluxos comerciais de produtos agroalimentares, negociações com o Mercosul e Austrália e o impacto da guerra da Rússia contra a Ucrânia no comércio de produtos agrícolas. Por fim, a Presidência espanhola convidou os ministros a realizarem um debate sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, tendo os ministros debatido os desafios que estas zonas enfrentam atualmente, bem como as potenciais oportunidades de que dispõem.

Reunião informal dos ministros da Educação e da Juventude

Nesta [reunião informal](#), os ministros focaram-se na redução do abandono universitário e na promoção dos valores de comunidade na educação, tendo a presidência espanhola proposto a promoção de legislação que regule o acesso e inclusão social nas universidades, melhore o financiamento para os estudantes e suas famílias, adapte os processos organizacionais às necessidades dos alunos vulneráveis e promova a informação e o acompanhamento de programas. A continuidade da construção do Espaço Europeu de Educação foi também abordada, nomeadamente no que ao reconhecimento automático de qualificações diz respeito, promovendo a mobilidade de estudantes e professores, assim como aumentando a empregabilidade.

Conselho Assuntos Gerais

O [Conselho de Assuntos Gerais](#) debateu o pedido de Espanha para incluir o catalão, o basco e o galego no Regulamento n.º 1/1958 que estabelece o regime linguístico da UE. O [pedido](#) foi notificado à Presidência do Conselho em agosto e, atualmente, a utilização destas línguas é regida por acordos administrativos entre Espanha e as diferentes instituições e órgãos consultivos da UE. Foram trocados pontos de vista, tendo sido decidido prosseguir os trabalhos sobre o pedido de Espanha. Os ministros realizaram um debate horizontal sobre os principais desenvolvimentos relacionados com o Estado de direito nos Estados-Membros da UE, prevendo-se que, em outubro, o debate seja específico por país (Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda e Grécia). Tiveram também lugar os preparativos para a reunião do Conselho Europeu de 26 e 27 de outubro de 2023, no qual se debaterá a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a resposta da UE, a proposta de revisão do quadro financeiro plurianual para 2021-2027, os progressos alcançados no reforço da competitividade da Europa, a dimensão externa da migração, a preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas no Dubai (COP28) e questões de política externa.

Por fim, o Conselho nomeou Iliana Ivanova (Bulgária) como comissária europeia, sem debate e de comum acordo com a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e a Comissão apresentou a sua carta de intenções, publicada em 13 de setembro de 2023, na qual delinea os principais elementos que orientam a preparação do próximo programa de trabalho da Comissão para 2024.

Reunião informal dos ministros dos Transportes

Os ministros reuniram-se em Barcelona para debater os novos [progressos conjuntos no sentido de transportes e mobilidade mais acessíveis e eficientes em toda a UE](#), concebidos para melhorar a qualidade de vida das pessoas e elemento central da coesão social e territorial, procurando reduzir as desigualdades no âmbito do sistema de transportes. Foi assim adotada a [Declaração de Barcelona sobre Mobilidade para os cidadãos: avançar na coesão social e territorial](#).

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos do PE na próxima semana serão dedicados às [atividades das comissões parlamentares](#) e dos grupos políticos.

Comissão Europeia

A agenda da próxima reunião, quando disponível, poderá ser encontrada [aqui](#).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 25.09: [Conselho \(Competitividade\) sobre Mercado Interno e Indústria](#); [Reunião informal dos ministros da Cultura](#);
- 27.09: [Reunião informal do Conselho dos Assuntos Gerais](#);
- 28.09: [Reunião do Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\) sobre Assuntos Internos](#);
- 29.09: [Reunião informal dos ministros responsáveis pela Política de Coesão](#)

Bruxelas | 22 de setembro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).